

O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO OCIDENTAL EM “A IDEOLOGIA ALEMÃ”, DE MARX E ENGELS

Giovanni Barillari de FREITAS¹

RESUMO: O objetivo do artigo é compreender o sentido do desenvolvimento histórico ocidental expresso na *A Ideologia Alemã* de K. Marx e F. Engels. A intenção é analisar a interpretação contida no livro acerca da história ocidental (principalmente a européia), a partir das primeiras organizações sociais (sociedades primitivas, Antiguidade e Idade Média) até a sociedade capitalista industrial, evidenciando a importância da relação entre forças produtivas e relações de produção.

PALAVRAS CHAVE: Karl Marx. Friedrich Engels. A Ideologia Alemã. História. Pensamento Econômico.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar o livro *A Ideologia Alemã*, escrito por Marx e Engels, a fim de explicar a interpretação dos autores acerca do desenvolvimento histórico ocidental.

Os autores entendem que a história não é construída por forças exógenas que definiriam “uma coleção de fatos sem vida” (MARX; ENGELS, 2007, p.20) – como para os empiristas, segundo os autores – ou uma “ação imaginária de sujeitos imaginários” (MARX; ENGELS 2007, p.20) – como para os idealistas. Para eles, a premissa para a história humana é justamente a existência de seres humanos vivos, possuindo uma constituição corporal que gera relações entre eles e o resto da natureza. Para os autores, os grandes personagens históricos são todos homens. Todos “[...] devem ter condições de viver para poder ‘fazer a história’.” (MARX; ENGELS, 2007, p.21). Portanto, “[...] toda historiografia deve partir dessas bases naturais e de sua transformação pela ação dos homens, no curso da história.” (MARX; ENGELS, 2007, p.10).

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Membro do Núcleo de Pesquisa sobre o Pacífico e a Amazônia (NPPA). Cursinho Unificado da UNESP Araraquara (CUCA). Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - Gi_Barillari@hotmail.com

Assim, como a história é feita pela ação dos homens, é necessário entender a interpretação dos autores a cerca da essência humana, a fim de compreender como os homens “fazem a história”. Ou seja, para eles o ser humano se diferencia

[...] dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a **produzir seus meios de existência**, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. (MARX; ENGELS, 2007, p.10, grifo nosso).

Portanto, para os autores, entender o papel dos homens como seres históricos é compreender a essência humana, ou seja, sua capacidade (por necessidade de subsistência) de transformar a natureza em matéria, em produzir seus meios de existência. Em outras palavras, a diferença do humano para qualquer outro animal é a capacidade do trabalho. E consequentemente, para os autores, “[...] a maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de qualquer coisa, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir.” (MARX; ENGELS, 2007, p.10). Para eles, tais maneiras representam uma forma definida de manifestação da vida do indivíduo, refletindo justamente o que ele é, um modo de vida. Ou seja, “[...] o que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.” (MARX; ENGELS, 2007, p.11). Logo, a necessidade de produzir define a essência humana, isto é, a prática do indivíduo para produzir sua vida material. As mais primitivas condições materiais de produção, como definem Marx e Engels, constitui o primeiro fato histórico, pois elas determinavam as formas de suprir as primeiras necessidades humanas como comer, beber, morar, vestir-se etc.; e o primeiro ato histórico partiu da sucessão das práticas para saciar tais necessidades iniciais produzindo então novas necessidades. Ou seja, a história tem origem no suprimento das primeiras necessidades imediatas, prosseguindo a partir da geração de novas necessidades.

O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a

dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida. [...] (MARX; ENGELS, 2007, p.21).

Já satisfeita as necessidades iniciais, “[...] a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido com essa satisfação levam a novas necessidade – e essa produção de novas necessidade é o primeiro ato histórico.” (MARX; ENGELS, 2007, p.22). E já as necessidades seguintes “[...] geram novas relações sociais e o aumento da população gera novas necessidades.” (MARX; ENGELS, 2007, p.23), formando, assim, organizações sociais cuja “[...] condição prévia e base fundamental (é) a família simples e a família composta, o que se chama de clã [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p.33), logo, a reprodução da vida passa a ter uma dupla relação, isto é, uma relação natural (a procriação) e uma relação social:

[...] social no sentido em que se estende quais forem suas condições, forma e objetos. Disso decorre que um modo de produção ou um estágio industrial determinado estão constantemente ligados a um modo de cooperação ou a um estágio social determinado, e que esse modo de cooperação é, ele próprio, uma ‘força produtiva’. (MARX; ENGELS, 2007, p.23-24).

As características da força produtiva define, portanto, este modo de produzir os meios de existência necessários para a reprodução humana, determinando o estágio social. Segundo Sandroni (ver bibliografia) as força produtiva são definidas por

[...] forças naturais (inclusive o próprio homem) apropriadas pelo homem para a produção e reprodução de sua vida social. A parte material das forças produtivas, isto é, os instrumentos e os objetos de trabalho, constituem a base material e técnica da sociedade. A principal força produtiva, no entanto, é o próprio homem, que cria instrumentos de trabalho cada vez mais poderosos, aperfeiçoa seus objetos de trabalho e combina ambos no sentido de ampliar constantemente a produção. (SANDRONI, 1999, p.249).

Para Marx e Engels, “[...] a forma das trocas, condicionadas pelas forças de produção existentes em todas as fases históricas que precedem a nossa e por sua vez as condiciona, é a *sociedade civil*.” (MARX; ENGELS, 2007, p.33, grifo do autor), constituindo o palco da história ou o palco aonde a história se desenvolve. Ou seja, a sociedade civil

[...] compreende o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas. Compreende o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e ultrapassa, por isso mesmo, o Estado e a nação, embora deva, por outro lado, afirmar-se no exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado. (MARX; ENGELS, 2007, p.33).

E mesmo que o termo sociedade civil tenha nascido somente no século XVIII, pode-se usar o termo **organização social** de maneira análoga, “[...] resultante diretamente da produção e do comércio, e que constitui em qualquer tempo a base do Estado e do restante da superestrutura idealista [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p.34). Ou seja, a história se dá pela reprodução da relação entre indivíduos e com a natureza pelo desenvolvimento das necessidades de transformação da natureza em realidade material pelo homem, desencadeando uma organização social que esteja de acordo com as características das forças produtivas. Assim, o desenvolvimento histórico se define por

[...] uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos, criados historicamente e transmitidos a cada geração por aquela que a precede, uma massa de forças produtivas, de capitais e de circunstâncias. [...] as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias. (MARX; ENGELS, 2007, p.36).

Em síntese, “[...] a massa das forças produtivas acessível aos homens determina o estado social, e que se deve, por conseguinte estudar e elaborar incessantemente a ‘história dos homens’ em conexão com a história da indústria e das trocas.” (MARX; ENGELS, 2007, p.23-24). Então, para compreender a interpretação de Marx e Engels acerca da história deve-se observar “[...] esses três momentos – a força produtiva, o estado social e a consciência.” (MARX; ENGELS, 2007, p.27). Para os autores, então, a consciência é “[...] um produto social e o será enquanto existirem homens, [...] é [...] apenas consciência do meio sensível [...] é a consciência da natureza que se ergue primeiro em face dos homens como uma força [...] estranha [...] à qual os homens se comportam de modo puramente animal~.” (MARX; ENGELS, 2007, p.25). Ou seja, para os autores, a consciência se determina inicialmente pelas circunstâncias, que por sua vez, é influenciada pela consciência adquirida num segundo instante, e a consciência da necessidade de interação entre indivíduos e com a natureza desencadeia a organização social (no início da história

pelas famílias e clãs) – resultante da produção e do comércio (trocas) que são determinados pela força produtiva daquele momento.

Em resumo, o desenvolvimento histórico ocidental é movido pelo “[...] desenvolvimento do processo real da produção, e isso partindo da produção material da vida imediata; ela concebe a forma dos intercâmbios humanos ligada a esse modo de produção e por ele engendrada, isto é, a sociedade civil em seus diferentes estágios como sendo o fundamento de toda a história.” (MARX; ENGELS, 2007, p.35). E como produto deste desenvolvimento do processo real da produção criou-se o “Estado, bem como [...] o conjunto das diversas produções teóricas e das formas da **consciência**, religião, filosofia, moral etc., [...] o que permite então naturalmente representar a coisa na sua totalidade [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p.35, grifo do autor).

Entretanto, os autores interpretam que esses três momentos – a força produtiva, o estado social e a consciência – entram em conflito entre si através da divisão do trabalho para produção dos meios de existência, pois a atividade material e a atividade intelectual para esta produção são destinadas a indivíduos diferentes: “[...] o gozo e o trabalho, a produção e o consumo.” (MARX; ENGELS, 2007, p.27). Esta divisão implica na “[...] contradição entre o interesse do indivíduo isolado ou da família isolada e o interesse coletivo de todos os indivíduos que mantêm relações entre si, [...] a atividade não é dividida voluntariamente, mas sim naturalmente.” (MARX; ENGELS, 2007, p.28), gerando, portanto, contradições nas relações de produção.

Como exemplo palpável, Marx e Engels comparam a interpretação deles com as interpretações dos historiadores franceses, ingleses e alemães a cerca do regime de castas como característica da organização social dos indianos e dos egípcios. Para os autores, a explicação para o regime de castas nos dois países reside no interior das forças produtivas, nas características das relações de produção de cada um dos dois países (interior de cada sociedade civil), isto é, para eles, o regime de castas é resultado da forma rudimentar em que a divisão do trabalho foi estabelecida nesses países. Já para os franceses e ingleses, segundo Marx e Engels, a causa do regime de castas estaria nos conflitos de caráter político daqueles países. E, por fim, segundo os autores, os alemães veriam o regime de castas como desencadeamentos de origem religiosa – ilusão religiosa como força motriz da história.

Em síntese, para entender o motivo pelo qual o motor da história os autores analisam as relações para produção dos meios de existência (entre indivíduos e com a natureza), sendo necessário considerar as características da força produtiva das sociedades civis – a história da divisão do trabalho (meio gerador de contradição no desenvolvimento histórico) e da propriedade (produto da atividade humana, do trabalho), pois a “[...] divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – na primeira se enuncia, em relação à atividade, aquilo que na segunda é enunciado em relação ao produto dessa atividade.” (MARX; ENGELS, 2007, p.28). Além de observar a estrutura social e, na medida do possível, a consciência dos indivíduos (ambos, reflexos destes desenvolvimentos).

Assim, o artigo mostrará a descrição e divisão feita pelos autores acerca das organizações sociais semelhantes em seu modo de produção definindo os períodos históricos.

A História Ocidental (de origem européia): os modos de produção

O primeiro modo de produção da divisão feita pelos autores é o modo de produção característico das sociedades tribais. Período em que a organização de indivíduos se dava entre famílias isoladas e opostas umas às outras.

A atividade social (trabalho) tem na origem da família uma divisão graças a fatores naturais (levando em conta o sexo e a força física), entretanto, a primeira divisão para produção da vida material que fugia somente das características naturais, ocorreu na separação entre atividade intelectual e atividade material, destinando-as a indivíduos diferentes, definindo a primeira contradição entre as forças produtivas – como já afirmado. Segundo os autores, “[...] essa divisão do trabalho encerra ao mesmo tempo a repartição do trabalho e de seus produtos, distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade quanto em qualidade.” (MARX; ENGELS, 2007, p.27). Tal divisão “[...] encerra, portanto a propriedade, cuja primeira forma, o seu germe, reside na família onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão, certamente ainda muito rudimentar e latente na família, é a primeira propriedade.” (MARX; ENGELS, 2007, p.27). O produto do trabalho dos indivíduos, nestas sociedades tribais, segundo os autores, era distribuído de forma

desigual, em quantidade e qualidade (justamente o que Marx e Engels se referiram como manifestação de si limitada, pois o patriarca tem mais direitos na distribuição do produto fruto do trabalho de outros). Eles explicam que a produção dos meios de existência refletia os estágios rudimentares da produção, que correspondia ao pastoreio, à caça, à pesca e eventualmente, à agricultura, que era uma extensão maior da divisão natural ocorrida na família. Já a estrutura social, segundo Marx e Engels, delimitava-se somente ao chefe da tribo patriarcal, seguido pelos membros da tribo e pelos escravos que se tornaram numerosos pelo aumento da população, das necessidades, e dos intercâmbios externos através da guerra e do comércio. “Essa consciência gregária ou tribal se desenvolve e se aperfeiçoa posteriormente em razão do aumento da produtividade, do aumento das necessidades e do crescimento populacional [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p.26).

Os autores caracterizam o modo de produção seguinte para as sociedades no período da Antiguidade. Caracterizada pela propriedade comunal e pela propriedade do Estado, existentes na Grécia Antiga e na Roma Antiga, por exemplo, sendo caracterizadas pela união, por contrato ou conquista, de várias tribos numa única cidade, com a escravidão já constituída. Eles explicam que este período se caracterizou pela transição da barbárie para a civilização, da organização (social) tribal para a organização social pelo Estado, da província para a nação, constituindo a escravidão como a base produtiva deste período; paralelamente, foram desenvolvidos os primeiros germes que derivariam a propriedade privada, como a propriedade mobiliária seguida pela imobiliária, ainda limitadas e subordinadas à propriedade comunal. Os autores explicam que a divisão do trabalho na Antiguidade se delimitou a partir do desenvolvimento das cidades, gerando a oposição entre esta e o campo. Logo, esta condição se define como uma oposição entre o Estado, que defende os interesses das cidades, e os que defendem os interesses do campo (desenvolvimento das contradições devido a divisão do trabalho). Esta divisão pode ser entendida como análoga a separação entre capital e propriedade fundiária (cuja única base é trabalho e a troca), afirmam os autores.

Neste momento surge uma divisão na sociedade que vai além de uma representação geográfica. “Foi então que surgiu pela primeira vez a divisão da população em duas grandes classes, divisão essa que repousa diretamente sobre a divisão do trabalho e os instrumentos de produção.” (MARX; ENGELS, 2007, p.55); “[...] a classe que é o poder

material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p.48). Para os autores, esta é a maior subordinação do indivíduo à divisão do trabalho, assim, a força produtiva e as relações de produção se tornam contraditórios segundo seu objetivo essencial de produzir a vida material pelos indivíduos organizados socialmente. Ou seja, uma classe² possui os meios materiais de produção e a outra possui a força de trabalho para produção dos meios de existência de todos. Nesta divisão entre duas classes, forma-se a elite (proprietárias dos meios de produção) e os trabalhadores (expropriados dos meios produtivos, disponibilizando sua força de trabalho).

E como produto das novas necessidades na cidade se gerou “[...] ao mesmo tempo a necessidade da administração, da política, dos impostos etc., [...] da política em geral.” (MARX; ENGELS, 2007, p.55). A partir deste momento, para os autores, “[...] a consciência está em condições de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria ‘pura’, teologia, filosofia, moral etc.” (MARX; ENGELS, 2007, p.26).

O período que sucedeu o modo de produção escravista (Antiguidade, situada no continente europeu) foi o modo de produção feudal. Período correspondente a Idade Média que, segundo Marx e Engels, era caracterizada pela propriedade feudal ou a dos diversos estamentos. No apogeu do feudalismo a base produtiva não estava nas mãos dos escravos, mas na de camponeses presos à servidão dominados pela suserania militar que acompanhava a hierarquia da propriedade fundiária. A divisão do trabalho gerava a oposição entre servos (trabalho material) e senhores feudais (possuíam os meios de produção). O primeiro produzia toda realidade material por meio de seu trabalho e ganhava uma quantidade de sua produção que lhe proporcionava subsistência e o segundo desfrutava desta produção por possuir a propriedade das terras do reino. A estrutura social no campo era constituída por príncipes reinantes, nobreza, clero e camponeses, já nas pequenas cidades, a divisão era entre mestres, companheiros e aprendizes, além de um pequeno número de uma plebe de jornaleiros. Os autores explicam que a estrutura feudal

² E mesmo no interior da classe dominante há duas categorias de indivíduos, “[...] uns serão os pensadores dessa classe (os ideólogos ativos, que teorizam e fazem dessa elaboração da ilusão que essa classe tem de si mesma sua substância principal), ao passo que os outros terão uma atitude mais passiva e mais receptiva em face desses pensamentos.” (MARX; ENGELS, 2007, p.49). Ou seja, para os autores, dentro da classe dominante também existe uma divisão entre trabalho intelectual e trabalho material.

encontrava-se em oposição às cidades. “A estrutura feudal da propriedade fundiária correspondia, nas cidades, a propriedade corporativa, organização feudal do ofício artesanal.” (MARX; ENGELS, 2007, p.16).

No período conhecido como Baixa Idade Média desenvolvem-se as **corporações**, principalmente pela necessidade dos artesões em escapar dos conluíus dos “nobres pilhadores” e da concorrência dos servos que passaram a fugir para cidades (corporações que mantinham uma relação entre mestre e aprendiz, explicam os autores). Nas cidades se desenvolvia a indústria doméstica pelos próprios camponeses, como associações “[...] geradas pela necessidade imediata, a preocupação de proteção à propriedade, e aptas a multiplicar os meios de produção e os meios de defesa de seus membros individuais.” (MARX; ENGELS, 2007, p.58). Já a divisão do trabalho, se deu pela diferenciação da atividade comercial e da atividade industrial a princípio em cidades mais antigas, se expandindo logo em seguida. Esta divisão entre indústria e comércio criou um novo grupo, o de comerciantes, possuindo um capital móvel, análogo ao sentido moderno da palavra. Segundo os autores, os artesões que compunham as corporações não eram mais unanimidades nas duas funções (produtor e comerciante) e que a divisão do trabalho em diferentes cidades proporcionou a criação das manufaturas como ramos da produção que se diferenciava do sistema corporativo, sendo refúgio principalmente para os camponeses. A propriedade manufatureira transformou as relações patriarcais em relações monetárias, a hierarquia entre mestre e aprendiz das corporações transformou-se numa relação de capitalista e trabalhador, além de estabelecer relações de concorrência (transformações alavancadas, entre outros, pelo descobrimento das Américas), como explica os autores.

No curso deste desenvolvimento, segundo Marx e Engels, a união do comércio com a manufatura estabelece a burguesia, gerando o declínio das corporações, pelo fato do conjunto de manufaturas (principalmente inglesas, principal potência da época) não conseguir atender a demanda a partir do aumento do fluxo comercial marítimo para as colônias. E em seguida, graças ao desenvolvimento técnico (meados do século XVII) surge a indústria, usando as forças da natureza para fins industriais e protegida da concorrência interna e externa pelos direitos aduaneiros (com origem na Idade Média). Segundo os autores, a grande indústria surge pelo fato de que o comércio e a navegação se desenvolveram mais rápido que a manufatura, principalmente na Inglaterra, devido às

colônias³ (Américas) e às condições conjunturais (avanços tecnológicos e mudanças ideológicas). Neste momento a capacidade de produção da força produtiva se expande progressivamente. No lugar das pequenas cidades criadas naturalmente, “[...] criou as grandes cidades industriais modernas que brotaram como cogumelos. Por toda parte por onde penetrou, ela destruiu o artesanato e, de modo geral, todos os estágios anteriores da indústria. Completou a vitória da cidade comercial sobre o campo.” (MARX; ENGELS, 2007, p.71).

Em síntese, como visto a divisão do trabalho é “uma das forças capitais da história.” (MARX; ENGELS, 2007, p.49). Divisão do trabalho que só tem sentido enquanto contradição do desenvolvimento histórico, não havendo ainda a socialização do produto deste trabalho (da riqueza produzida). E, portanto, as relações de produção se desenvolvem pelas primeiras necessidades (naturais) determinando as primeiras organizações sociais (posteriormente definidas como sociedade civil). E ao longo de sua reprodução e da transformação das necessidades humanas, as organizações sociais também se transformaram, determinando novas características da estrutura idealista gerando, por exemplo, a filosofia, a política, a administração etc. até o Estado. Ou seja, a interação entre indivíduos e com a natureza para reproduzir suas vidas propicia o surgimento, tanto da realidade material, como a da toda estrutura idealista.

O Modo de Produção Capitalista

A partir do surgimento da grande indústria, a divisão do trabalho passa a gerar seu ápice de contradições entre as forças produtivas e as relações de produção. Marx e Engels descrevem as características da grande indústria:

[...] a grande indústria tornou a concorrência universal (ela representa a liberdade comercial prática, e as medidas alfandegárias protecionistas representam para elas apenas um paliativo, uma arma de defesa no interior da liberdade do comércio), estabeleceu os meios de comunicação e o mercado mundial, colocou o comércio sobre seu domínio, transformou todo capital em capital industrial e deu origem, assim a circulação (aperfeiçoamento do sistema monetário) e a centralização rápida de

³ Graças principalmente a montanha de ouro e prata expropriados do continente americano por Espanha e Portugal e que, através do comércio, ficaram nas mãos britânicas.

capitais. [...] De modo geral, aniquilou todo elemento [...] para transformá-las em relações monetárias. (MARX; ENGELS, 2007, p.71).

Segundo os autores, o desenvolvimento histórico aumenta a dependência do indivíduo que não possui as condições materiais de produção sobre este capital e seu possuidor (capitalista) através da necessidade de trabalhar. Ao gerar oposições entre as forças produtivas e as relações de produção, a divisão do trabalho, como já explicitado, gera o conflito entre o interesse individual e o interesse coletivo. Com o surgimento da grande indústria e da concorrência, a sobrevivência no mercado passa a ser a finalidade do capitalista e o salário (emprego) passa a ser a finalidade do trabalhador, desaparecendo por completo o interesse coletivo em prol do interesse privado. Os trabalhadores (trabalho material) estão em concorrência no mercado de trabalho e os capitalistas, no mercado das firmas (posse dos capitais⁴). Dentro desta concorrência, cada indivíduo deve lutar por sua sobrevivência, independente de seu lugar geográfico, os interesses defendidos, então, são os interesses de classe. Ou seja,

[...] em geral, a grande indústria criou por toda parte as mesmas relações entre classes da sociedade e destruiu por isso o caráter particular das diferentes nacionalidades. E finalmente, enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses particulares, a grande indústria criou uma classe cujos interesses são os mesmos em todas as nações e para a qual a nacionalidade já esta abolida, uma classe que realmente se desvencilhou do mundo antigo e que ao mesmo tempo a ela se opõe. Não só as relações com o capitalista se tornam insuportáveis para o operário, mas também seu próprio trabalho. (MARX; ENGELS, 2007, p.72)⁵

⁴ Segundo Marx, capital é uma “[...] certa quantidade de trabalho armazenado e posto de reserva.” (SMITH apud MARX, 2007, p.40). “(Chama-se) capital se (dar) ao seu proprietário um rendimento ou ganho.” (SMITH apud MARX, 2004, p.40)

⁵ A descrição de Marx e Engels evidencia a importância, para entender os limites da sociedade capitalista, dos avanços industriais e da afirmação e expansão dos ideais da Revolução Francesa (1789) a partir do Liberalismo Econômico (idealizado por Adam Smith¹) cuja essência está na concorrência, ou seja, na defesa do direito às liberdades individuais estendidas às relações de produção no mercado (interno e externo), desestimulando as medidas protecionistas, além de garantir constitucionalmente o direito à propriedade privada.

Eric Hobsbawm (1979)⁶ (ver bibliografia) ajuda a exemplificar a sociedade industrial, evidenciando “a necessidade da produção dos meios de existência” (condicionado pela oposição de classes e agora também pela concorrência generalizada) como motor da história. Segundo ele, o algodão teve papel crucial para transformação da sociedade mercantil simples em sociedade capitalista baseado na fábrica como nova forma de produção. Neste período a economia era movida pelo reinvestimento feito pela geração de lucro. A preocupação da classe capitalista era pela taxa de seus lucros (condicionados pela mais-valia) e pela taxa de expansão dos mercados em busca de possibilidades diversas de expropriações (a fim de não falir e sair do mercado, ou seja, a fim de não perder a concorrência). A preocupação do trabalhador continuava sendo a obtenção de seu salário para subsistir.

Baseada no livro *O Capital* de Marx, Virgínia Fontes⁷ (2010) descreve o funcionamento do capitalismo descrevendo a fórmula $D - d - M - d' - D'$. Onde D representa o capital (monetário) emprestado pelos bancos, por exemplo, ao capitalista em troca de juros; d representa o dinheiro nas mãos do capitalista (capital, pois vai gerar um ganho que se denomina mais valia), responsável pela produção; M representa o processo de produção, onde o trabalhador usa sua força de trabalho para produzir a mercadoria, onde se gera a mais-valia; d' representa o lucro gerado pela venda das mercadorias (daqui sai a mais-valia para o capitalista) e D' representa o pagamento dos juros pelo capital monetário (ao banco, por exemplo), como parcela do lucro gerado no processo produtivo. Para o prestador de capital monetário (bancos), esse processo só representa o tempo em que o capital monetário ficou emprestado, sendo representado pela fórmula $D - D'$, ou seja, seus interesses diretos. Para a reprodução do capital portador de juros, o processo que intermedia isto não o interessa. Sua preocupação é assegurar a venda desse capital monetário recebendo sua reprodução ampliada, como explica Fontes. Ela explica que o capitalista por sua vez, busca ampliar/diversificar o processo produtivo, aumentando as horas de trabalho e/ou intensificando a produtividade do trabalho; já que o juro é uma parte do lucro (d').

⁶ Eric John Earnest Hobsbawm, historiador inglês, nascido no Egito (ainda sob domínio inglês) em 1917. Escreveu *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo* em 1968, chegando ao Brasil a segunda edição em 1979.

⁷ Atua na Pós-Graduação em História da UFF, onde integra o NIEP-MARX - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o marxismo, e na Escola Politécnica Joaquim Venâncio-Fiocruz, integrando o grupo de pesquisa sobre Epistemologia (fonte: Plataforma Lattes).

Portanto, no capitalismo, o capitalista que não reproduzir esta equação de maneira eficiente, ficará a margem do mercado. E para reprodução eficiente desta fórmula é necessário a exploração do trabalho de quem não possui meios para produção (trabalhador).

A mais-valia, segundo Marx no livro *O Capital*, é a diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e o salário pago pelo capitalista. Definido-a em dois termos: a mais – valia absoluta e a mais – valia relativa.

A produção da mais valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se com menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. (MARX, 1982, p.585).

Portanto, o capitalista tem por necessidade (por estar em concorrência) buscar a maior eficiência na geração desta mais valia. E para isso, o conceito de expropriações é fundamental.

Virgínia Fontes descreve as características das expropriações, necessárias para entender a extração da mais-valia (combustível do capitalismo como definido por ela). Diretamente, o conceito possibilita compreender essa atividade de exploração do trabalhador pelo capitalista que vai além de um momento econômico direto entre este trabalhador e o capital. Segundo Fontes, Marx define que a expropriação precede as condições de se chegar a mais valia, impulsionando o movimento de conversão de dinheiro em capital envolvendo toda a vida social, na complexa relação de produção generalizada de trabalhadores (não somente dentro da indústria), sendo de primordial importância a participação do crédito e do capital portador de juros nestas relações de produção. Ao transformar dinheiro em capital, a possibilidade de extração de mais valia está formada. Portanto, a expropriação é um processo permanente de construção e expansão da base social capitalista, separando os trabalhadores de seus recursos sociais de produção. O capitalismo não é inerente a expropriação, pois estas podem decorrer de relações que não se

relacionam com o capitalismo, como cataclismos e guerras tribais, entretanto, no capitalismo as expropriações se dão de diversas maneiras, buscando abranger a maior quantidade possível de possibilidades para exploração do trabalhador, gerando mais valia.

Assim, o capitalismo industrial, para Marx e Engels, transformou o trabalho, no âmbito da sociedade capitalista, numa forma de manifestação e realização de si, secundária à necessidade vital de seu produto. Segundo os autores, “[...] o trabalho, único laço que os une ainda às forças produtivas e à sua própria existência, perdeu entre eles toda a aparência de manifestação de si, e só mantém sua vida estiolando-a.” (MARX; ENGELS, 2007, p.82). No modo de produção capitalista a “[...] manifestação de si e produção da vida material são a finalidade, e a produção da vida material, isto é, o trabalho, como sendo o meio (sendo agora esse trabalho a única forma possível), mas, como vemos negativa, da manifestação de si.” (MARX; ENGELS, 2007, p.82).

Já nos períodos de modos de produção anteriores “[...] a manifestação de si e a produção da vida material eram separadas pelo simples fato de que cabiam a pessoas diferentes e pelo fato de que a produção da vida material era tida ainda por uma manifestação de si de ordem inferior por causa do caráter limitado dos próprios indivíduos.” (MARX; ENGELS, 2007, p.82).

A relação direta entre o trabalho e a propriedade mostra que o primeiro é o meio para produzir a segunda, mas que para os autores, deveria ser o meio para produzir a totalidade de sua realidade material e ideal (consequentemente), e não uma realidade alheia, ou privada. Segundo Marx “[...] a atividade do trabalhador não é sua auto-atividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo.” (MARX, 2004, p.83).

Em síntese, sendo que a principal diferenciação humana é a capacidade do trabalho graças a necessidade de produção dos seus meios de existência, a história ocidental de origem européia é constituída pelo desenvolvimento dessas relações pautadas para tal finalidade. Exemplificado através das sociedades anteriores, definindo cada período de acordo com cada estágio das forças produtivas, determinando e se determinando pela estrutura social e pela “consciência” do indivíduo (e toda estrutura idealista criada no desenvolvimento histórico). O artigo, então, definiu o cenário de cada período da história ocidental (principalmente européia) referente aos seus modos de produção, pelos conflitos de interesses graças a divisão do trabalho, entendendo que esta divisão é a causa das

características da propriedade em cada organização social, até a sociedade capitalista originária do ocidente que se expande, unifica e domina o mundo (desde o século XVI). E mesmo que a história da América indígena e dos países orientais possuam características que destoam da evolução ilustrada, esta interpretação é importante para entender a totalidade que envolve as histórias mundiais.

Foi possível entender também que no decorrer dessa história, o trabalhador perde cada vez mais o sentido do trabalho como realização de si na sociedade, pois seu produto torna-se uma propriedade alheia a ele e se torna mais importante do que sua própria reprodução, atingindo mais alto grau de estranhamento pelo trabalho na sociedade capitalista ocidental. Assim, como esclarece Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos*,

[...] o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias ele cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. (MARX, 2004, p.80, grifo do autor).

THE WEST HISTORICAL DEVELOPMENT IN MARX AND ENGELS' "GERMAN IDEOLOGY"

ABSTRACT: *The objective of this paper is to understand the meaning of Western World historical development, in The German Ideology of K. Marx and F. Engels, to clarify what you can about the thinking of the authors and contemporary society. The intention is to analyze the interpretation contained in the book about the Western History (mainly European), since the earliest social organizations (primitive societies, Antiquity and the Middle Ages) until the industrial capitalist society. Highlighting the importance of the relationship between the productive forces and the relations of production.*

KEYWORDS: *Karl Marx. Friedrich Engels. German Ideology. History. Economic Thought.*

REFERÊNCIAS

FONTES, V. **O Brasil e o capital – imperialismo:** teoria e história. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2010.

HOBBSBAWM, E. J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução e notas: Jesus Ranieri. São Paulo: Boi Tempo, 2004.

_____. **O Capital, crítica da economia política**: Livro primeiro: O processo de produção do capital. 8.ed. Tradução de Reginaldo Sant'anna. São Paulo: DIFEL, 1982. v.2.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 3.ed. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. Organização e supervisão de Paulo Sandroni. São Paulo: Best Seller, 1999.